

RELATÓRIO DE ATIVIDADES E CONTAS DE 2016

maio de 2017

1 - ENQUADRAMENTO

O início de 2016 ficou marcado pela possibilidade de PS, PCP, BE e Verdes serem capazes de trabalhar em pontos de convergência para a mudança de rumo na política de exploração e empobrecimento a que o governo PSD/CDS sujeitou os trabalhadores e o País.

Foram estabelecidos acordos em várias matérias entre o PS e os diferentes partidos citados, que permitiram, no âmbito da Assembleia da República, a aprovação do Programa de Governo e Orçamento Estado para 2016, instrumentos determinantes para a prossecução do Governo do PS.

Dentro de um quadro contraditório de possibilidades e limitações conjunturais, de pressões externas e internas, foi possível um conjunto de avanços ainda que limitados na reposição de direitos, remunerações e rendimentos, de que são exemplos: a reversão dos cortes salariais e reposição das 35 horas de trabalho semanal na administração pública (deixando inadmissivelmente de fora os trabalhadores com Contratos Individuais de Trabalho das EPE's), a eliminação progressiva da sobretaxa de IRS, a reposição dos feriados, o aumento do salário mínimo nacional, o aumento do abono de família, redução das taxas moderadoras, a introdução da gratuitidade dos manuais escolares, o apoio extraordinário no desemprego de longa duração, entre outras medidas que vieram aliviar a pressão sobre as condições de vida e de trabalho dos trabalhadores e do povo.

Apesar de consideramos estes avanços positivos temos também que continuar a defender e reafirmar que há muito para avançar, repor e conquistar e que só a luta nos poderá devolver direitos e conquistas, gerais e específicas, que outrora foram uma realidade.

A intolerante manutenção do congelamento de salários e das progressões no âmbito da Administração Pública e a satisfação das justas reivindicações dos enfermeiros portugueses que sucessivamente têm sido adiadas são exemplos das lutas que teremos que continuar a travar.

Não sendo esta apreciação crítica apenas formulada pelo SEP e conscientes que existiram momentos e reivindicações que, sendo de âmbito mais generalizado, tiveram que congregiar e unir o conjunto dos trabalhadores, travámos combates gerais e generalizados na defesa, reposição e conquista de direitos.

Conscientes de que é fulcral desenvolver a nossa atividade sob o princípio da unidade, desenvolvemos parte da nossa ação, também, no âmbito da CGTP-IN e da Frente Comum de Sindicatos da Administração Pública como forma de alcançar e defender direitos que são comuns aos trabalhadores.

Coube assim aos sindicatos manterem a firmeza nas justas reivindicações desenvolvendo e convergindo nas formas de luta gerais, necessárias concretizar para alcançarem os seus objetivos.

Foi também neste novo quadro da realidade social que se realizou, no mês de fevereiro, o XIII Congresso da CGTP-IN sob o lema “Organização, Unidade e Luta - A Força dos Trabalhadores: Emprego com direitos; Soberania e Progresso Social” servindo de impulso na luta a desenvolver pelos trabalhadores portugueses.

Num quadro de reflexão e análise objetiva dos problemas, o SEP tomou decidiu sempre pelo que considerou justo defender para os enfermeiros e restantes trabalhadores, não descurando a luta em defesa das funções sociais do estado, nomeadamente, na defesa do Serviço Nacional de Saúde.

Perante a entrada em funções de um novo Governo e de uma nova equipa no Ministério da Saúde reentregámos e reafirmámos o nosso Caderno Reivindicativo onde estão explanadas as justas reivindicações dos enfermeiros exigindo, após a sua análise, respostas e propostas de solução para os problemas enunciados:

- Admissão de mais Enfermeiros;
- Regularização das situações de vínculos precários;
- Consolidação das cedências de interesse público dos Enfermeiros em Contrato de Trabalho em Funções Públicas de uma EPE mas que exercem funções noutra EPE;
- Acesso, através da abertura de concursos, à categoria de Enfermeiro Principal;

- Legal designação de Enfermeiros em Chefia para os serviços, unidades funcionais e conjuntos de serviços e unidades funcionais;
- Legal composição, funcionamento e desenvolvimento de competências das Direções de Enfermagem;
- Legal implementação da Avaliação do Desempenho inscrita na Portaria n.º 242/2011;
- Apuramento e negociação dos eventuais retroativos decorrentes do reposicionamento dos Enfermeiros com Contrato de Trabalho para Funções Públicas (vulgo CIT) na primeira posição remuneratória (1201,48€) e aplicação do Instrumento Parcelar e Transitório de Regulamentação Coletiva aos Enfermeiros do Hospital Fernando da Fonseca;
- Descongelamento das carreiras e consequente “progressão” remuneratória;
- Alteração da grelha salarial da categoria de Enfermeiro que valorize o trabalho dos Enfermeiros e reponha a paridade remuneratória relativamente a outros trabalhadores de igual habilitação académica e inseridos em carreiras especiais;
- Alteração da grelha salarial das Categorias de Enfermeiro Chefe e Supervisor;
- Valorização dos Enfermeiros Especialistas através da atribuição de um suplemento remuneratório;
- Exclusividade de funções com a devida remuneração;
- Manutenção e aplicação a todos os Enfermeiros das modalidades e regimes de trabalho consagradas no DL 437/91, designadamente as 35 horas semanais;
- Manutenção e aplicação a todos os Enfermeiros das compensações pelo exercício de funções em condições particularmente penosas;
- Reposição do valor integral das “horas de qualidade/suplementares” (DL 62/79);
- Regime específico de acesso à aposentação com direito a pensão completa;
- Direito a dispensa de trabalho noturno para todos os Enfermeiros a partir dos 50 anos de idade;
- 25 dias de férias a majorar com anos de idade e de serviço aplicável a todos os Enfermeiros.

Com base nestas reivindicações de todos os Enfermeiros e tendo desenvolvido lutas institucionais para a resolução de problemas concretos de locais de trabalho, o SEP, ao longo do ano de 2016, desenvolveu uma intensa atividade.

2 - AÇÃO REIVINDICATIVA

2.1 – Setor Público

No decorrer do ano de 2016, o SEP manteve o seu papel na resposta aos problemas sentidos pelos enfermeiros. Privilegiando os locais de trabalho, foram realizadas nas instituições de saúde do país, e, em cada uma, serviço a serviço, mais de 1000 visitas sindicais, dezenas de plenários e jornadas tentando chegar o mais longe possível na divulgação de informação, esclarecimento e envolvimento de todos no caminho reivindicativo a seguir, bem como largas dezenas de reuniões com as Administrações das Instituições na defesa das justas reivindicações dos enfermeiros.

Foram dinamizados nos locais de trabalho abaixo assinados, concentrações de enfermeiros, centenas de notas à comunicação social e greves em número muito expressivo dada a exigência que este ano representou para o Sindicato e para os enfermeiros.

Algumas destas ações por ordem cronológica:

- ✓ **29 de janeiro** - Em conjunto com outros Sindicatos da Administração Pública, o SEP decretou **greve** de 24 horas **pelos 35 horas** para todos os enfermeiros e **reposição das horas de qualidade**. Os elevados níveis de adesão, a rondar os 71,8%, evidenciam sobretudo a ampla insatisfação dos enfermeiros com 40 horas semanais, e a determinação em conseguir as 35 horas para todos os enfermeiros.
- ✓ **16 de fevereiro** - O SEP apresentou o Caderno Reivindicativo para 2016 em reunião no Ministério da Saúde, priorizando a reivindicação pelas 35 horas semanais para todos. Propôs ainda soluções para os problemas dos enfermeiros na área do emprego relacionado com **a carência de enfermeiros** nos Cuidados de Saúde Primários e Instituições Hospitalares; **a precariedade** reivindicando o vínculo efetivo para enfermeiros que exercem funções de natureza permanente e a consolidação, nos mapas de pessoal, de enfermeiros que se encontram em **mobilidade**.

Os problemas relacionados com a Carreira e propostas de solução foram apresentados.

Em concreto, a perspetiva de **desenvolvimento profissional** com a abertura de concurso para enfermeiro principal, a legal designação dos enfermeiros em chefia bem como a legal composição, funcionamento e exercício de competências de todas as Direções de Enfermagem.

A valorização económica do trabalho e o combate à discriminação salarial através da implementação legal da avaliação de desempenho, o descongelamento e progressão nas carreiras e alteração da estrutura remuneratória da grelha salarial em paridade com outros trabalhadores com igual grau de habilitações académicas inseridos em Carreiras Especiais e a exclusividade de funções com a devida remuneração.

Nos aspetos relacionados com o **regime, condições de trabalho e penosidade da profissão** ficou vinculada a exigência das 35 horas para todos, a reposição do valor integral das horas de qualidade e extraordinárias do D. L. 62/79, um regime específico de acesso à aposentação, direito à dispensa de trabalho noturno para todos os enfermeiros a partir dos 50 anos de idade e a reposição dos 25 dias de férias e majorações com anos de idade e serviço para todos os enfermeiros.

- ✓ **fevereiro/março** – Após a apresentação, na Assembleia da República, da proposta do Governo relativa ao **Orçamento do Estado para 2016**, previamente à sua discussão e aprovação, o **SEP reuniu com todos os Grupos Parlamentares**, à exceção do PSD que não agendou reunião, para apresentação do Caderno Reivindicativo destacando, no quadro da proposta de Lei, a exigência de reposição integral do valor das horas de qualidade e extraordinárias inseridas no DL 62/79 e das 35 horas semanais para todos, da admissão de enfermeiros e “consolidação das mobilidades”. As propostas não são integradas na Lei do Orçamento do Estado;
- ✓ **março** – **Participou** nas ações relativas ao **Dia Internacional da Mulher** e na **Manifestação de Jovens** a 31 de março (dia Nacional da Juventude), com o lema “Não a um futuro de precariedade! Exigimos estabilidade!
- ✓ **abril/maio** – **Participou** nas comemorações de rua do **25 de Abril** e do **1º de Maio**, sob o lema "Avançar pela Mudança - Defender, Repor e Conquistar Direitos!", ano em que se assinalou o 130.º aniversário dos acontecimentos de Chicago. Participou ainda no **Encontro Nacional de Estudantes de Enfermagem**.
- ✓ **Dia Internacional do Enfermeiro, 12 de maio** – O SEP solicita reunião ao Presidente da República e é recebido pelo seu assessor para a Saúde. Expõe os problemas com que os enfermeiros estão

confrontados e as suas propostas fundamentadas para a sua solução. Entrega vários estudos, nacionais e internacionais, que demonstram o risco e a penosidade da profissão.

No âmbito das alterações legislativas à Lei 35/2014 com vista à **reposição das 35 horas semanais para toda a Administração Pública:**

- ✓ Participou no processo negocial com o Governo no âmbito da Frente Comum;
- ✓ **21 de abril** – reuniu com **grupo de trabalho da Comissão Parlamentar do Trabalho** em defesa das 35 horas para todos (incluindo enfermeiros com “CIT”);
- ✓ **29 de abril** – anunciou **formas de luta** caso o Ministério da Saúde não decidisse a aplicação das **35 horas para todos os enfermeiros**;
- ✓ **4 de maio** – o SEP reuniu com representantes do Ministério das Finanças, Saúde e Administração Pública, tendo **o Governo assumido o compromisso das 35 horas para todos** os enfermeiros sem discriminação ou faseamento e de mais admissões mediante propostas de contratação por parte das Administrações;

As alterações à Lei 35/2014, aprovadas na Assembleia da República no fim de maio, não resolvem a **aplicação das 35 horas para os CIT** e a solução **passa pela negociação de um Instrumento Normativo**;

- ✓ **6 e 8 de junho** - SEP realiza reuniões com Governo e ACSS, designadamente, para negociar a concretização de proposta de **Protocolo Negocial** com vista à negociação do **Instrumento Normativo para os CIT's**. Governo só remete proposta de Protocolo Negocial a 17 de junho;
- ✓ **20 e 24 de junho** - SEP realiza com Ministérios da Saúde e Finanças três reuniões, duas das quais no dia 24, e é assinado o Protocolo Negocial para negociação do Instrumento Normativo;
- ✓ **28 de junho** - Reunião do SEP com o Ministério da Saúde é adiada por este e recua nas 35 horas semanais para CIT's. Governo empurra Enfermeiros para a luta.

- ✓ **29 e 30 de junho** - A Direcção Nacional do SEP **decide 2 dias de Greve, a 28 e 29 de julho**, com **Concentração a 29 junto ao Ministério da Saúde. A luta** é centrada na exigência das 35 horas para todos, na admissão de mais enfermeiros e no pagamento integral das horas de qualidade e extraordinárias, na defesa da autonomia da profissão face ao projeto de lei de regulamentação sobre os Atos em Saúde, que, para a enfermagem significava um retrocesso de décadas. Ainda, nesta reunião avaliou-se a possibilidade, de forma a vincar a determinação reivindicativa dos enfermeiros, de prolongar as formas de luta através de greves institucionais a realizar nos meses de Agosto e Setembro.

- ✓ **junho/julho/agosto e setembro – Sobre a Proposta de Lei relativa aos “Atos dos Profissionais de Saúde”, o SEP realizou 4 reuniões negociais** com o Ministério da Saúde.
 - A proposta inicial do Ministério da Saúde constituía um verdadeiro retrocesso de décadas relativamente à autonomia e dignidade dos enfermeiros e profissão, conquistada ao longo de anos e consagrada com o Regulamento do Exercício Profissional dos Enfermeiros (REPE) e criação da Ordem dos Enfermeiros;
 - O Ministério da Saúde, de acordo com a fundamentação jurídica e político sindical do SEP, concorda que a Proposta de Lei é instrumento de negociação sindical;
 - São apresentadas, no decurso das reuniões negociais, várias Propostas e Contrapropostas Sindicais.
 - A 9 de novembro é emitida a última Contraproposta do SEP, aceite integralmente pelo Ministério da Saúde.
 - A versão final resultante da negociação entre Ministério da Saúde e SEP mantém todo o quadro de autonomia e dignidade dos enfermeiros e profissão.
 - Em setembro, o Governo remete Proposta de Lei para Assembleia da República onde permanece e transita para 2017.

- ✓ **26 de julho** - A 3 dias de iniciar a Greve, o SEP reuniu com o Ministério da Saúde e Finanças. Governo mantém as 35h para CIT's fora da negociação do Instrumento Normativo, escudando-se nas “sanções” da União Europeia, discriminando cerca de 9000 enfermeiros.

Nesse mesmo dia o Presidente do SEP integrou a Delegação da CGTP recebida pelo Presidente da Republica, onde foram abordadas várias matérias incluindo as 35h semanais para os CIT,s.

Neste quadro a Direcção Nacional repensa o processo de luta e pôs em marcha um plano nacional de lutas prolongadas pelas 35 horas para todos os enfermeiros, pela admissão de mais enfermeiros, pelo pagamento do trabalho extraordinário e reposição do valor das “horas penosas”.

- ✓ **28 de julho** - Realizaram-se **Greve em 5 distritos**: Viana do Castelo, Braga, Castelo Branco, Santarém e Faro, com adesão média global de 75,6%.
- ✓ **29 de julho** - Concretiza-se a **Greve Nacional** com adesão média de 75,2%. As adesões confirmaram que os enfermeiros estão mobilizados para atingir os justos objetivos.
- ✓ **agosto e setembro** - Foram **emitidos Pré-Avisos de Greve envolvendo 39 dias de Greve concretizados em instituições de norte a sul** do país, muitas delas com concentrações à porta das Instituições Hospitalares.
- ✓ **14 de setembro** - SEP reuniu com Ministério da Saúde. Face ao número de admissões, reitera a necessidade de mais contratações, para haver um saldo positivo real que corresponda às necessidades, tendo, inclusive, em consideração a aplicação das 35 horas semanais. É **negociada a alteração à Portaria dos Concursos** que segue para publicação. Em relação às 35 horas para CIT's tudo se mantém igual.
- ✓ **13 e 14 de outubro** - Em período de elaboração e discussão da Proposta de Orçamento do Estado para 2017, o **SEP decretou Greve Nacional de Enfermeiros para estes dois dias**. As razões prendem-se com a não resposta negocial do Instrumento Normativo (35 horas para CITs), pela exigência da reposição das horas de qualidade e extraordinárias, descongelamento de progressões, admissão excecional de enfermeiros, “consolidação das mobilidades”, medidas que minimizem o risco e penosidade da profissão. **Todas estas propostas**, já anteriormente apresentadas ao Ministério da Saúde, **foram de novo apresentadas e discutidas com todos os Grupos Parlamentares**.

- ✓ **3 de novembro** - Em reunião com Ministério da Saúde, SEP e SERAM consideraram intolerável que o Governo, na Proposta de Lei do Orçamento do Estado para 2017, não reponha o valor integral do D.L. 62/79.
- ✓ **18 de novembro** - Na Manifestação Nacional da Administração Pública, os enfermeiros marcaram presença em torno da luta comum pelas 35 horas, descongelamento de escalões e carreiras
- ✓ **novembro/dezembro** - SEP dinamizou nos locais de trabalho a petição promovida pela CGTP-IN “Garantir o direito à contratação coletiva; revogar a norma da caducidade das convenções coletivas” recolhendo centenas de assinaturas.

A Lei do Orçamento de Estado para 2017 publicada mantém a não reposição das Horas de Qualidade e Extraordinárias inseridas no DL 62/79 e integra duas das propostas do SEP: a admissão excecional de enfermeiros e a “consolidação das mobilidades”, a concretizar em 2017.

2.2 – Setor Privado e Social

Com o desinvestimento no Serviço Nacional de Saúde (SNS) promovido pelos anteriores governos, o Setor Privado na área da Saúde cresceu significativamente no País.

O SEP, tal como os Sindicatos do Movimento Sindical Unitário (MSU), que integram a CGTP-Intersindical Nacional, mobilizaram-se e empenharam-se na defesa dos Direitos dos trabalhadores e na consagração da Contratação Coletiva, nalgumas das principais instituições privadas de Saúde e de que se destacam:

SAMS Sul e Ilhas

O Sindicato dos Bancários do Sul e Ilhas (SBSI), filiado na UGT, entidade patronal dos Serviços de Assistência Médico-Social (SAMS) Sul e Ilhas, apresentou aos sindicatos representativos dos trabalhadores em 21 de setembro de 2011, a Denúncia de todas as Convenções Coletivas existentes, que abrangiam cerca de 1500 trabalhadores.

SEDE
Avº 24 julho, 132
1350 346 LISBOA
Tel: 213 920 350 - Fax: 213 968 202
sede@sep.pt
CDI
Av. 24 de Julho, 132, 1º
pedidos.cdi@sep.pt



SEP

SINDICATO DOS ENFERMEIROS PORTUGUESES

www.sep.org.pt

Em março de 2012 foram formalmente iniciadas negociações, envolvendo a presença de 10 sindicatos, 4 dos quais da UGT e que foram unilateralmente interrompidas pelo SBSI, em Outubro de 2013.

Desde então, o SEP e restantes Sindicatos do MSU: CESP, SMZS, STSS, SIFAP e SFP têm reivindicado junto do SBSI, a continuidade das negociações, promovendo paralelamente a mobilização e esclarecimentos dos trabalhadores.

Para além da interrupção das negociações, o SBSI tem promovido diversas irregularidades, através do abusivo recurso à precariedade laboral e ao incumprimento das Convenções Coletivas, que têm sido denunciados junto de diversas entidades, pelo SEP e por estes Sindicatos.

Entretanto, em novembro de 2016, o SBSI requereu junto do Ministério do Trabalho a Caducidade de todas as Convenções Coletivas vigentes, pretendendo dessa forma acabar com o que livremente acordou no passado, com os Sindicatos representativos dos trabalhadores.

Face a esta realidade, o SEP e os restantes Sindicatos do MSU, mobilizaram os trabalhadores e convocaram Plenários muito participados em dezembro de 2016, tendo sido decidida e decretada a 1.ª Greve Geral dos SAMS/SBSI, para 11 de janeiro de 2017.

Paralelamente desenvolveram uma intensa ação de denúncia pública, sobre a hipocrisia e as ilegalidades desencadeadas pela direção sindical do SBSI. E a luta pela negociação, manutenção e aplicação das Convenções Coletivas irá continuar em 2017.

A eleição de delegados sindicais foi prosseguida em 2016. A organização e decisão sobre a ação sindical mantiveram-se através da realização de uma reunião mensal, na sede do SEP. A intervenção dos delegados e dirigentes através de idas aos serviços, de reuniões e de plenários com os enfermeiros e restantes trabalhadores, na divulgação e acompanhamento das questões institucionais tem sido preponderante para as lutas desenvolvidas.

Santa Casa Misericórdia de Lisboa

Na Santa Casa da Misericórdia de Lisboa (SCML), foi finalizado o processo negocial iniciado em 2015 e publicado o novo Acordo de Empresa em 2016. O Acordo de Empresa com esta Instituição de Lisboa abrange um conjunto diversificado de Unidades, quer hospitalares quer de cuidados de proximidade. Ao contrário de quase todos os outros trabalhadores da SCML os cerca de 400 enfermeiros, não tinham

qualquer enquadramento em convenção coletiva.

Neste processo estiveram envolvidos 3 dirigentes e dois delegados para além de ativistas.

União das Misericórdias Portuguesas

Apesar da União das Misericórdias Portuguesas (UMP) não ter unidades de saúde na área de Lisboa, foi finalizada em 2016 a negociação e publicado o novo Contrato Coletivo de Trabalho (CCT), já subscrito e aplicado por várias Misericórdias.

Associação Portuguesa Hospitalização Privada

O Contrato Coletivo de Trabalho (CCT) com a Associação Portuguesa da Hospitalização Privada (APHP) tem sido utilizado pela generalidade das instituições privadas do País, com exceção dos SAMS e do Hospital da Cruz Vermelha por terem convenções próprias.

É uma convenção que carece de revisão que melhore os direitos laborais.

Hospital da Cruz Vermelha

A Administração do Hospital da Cruz Vermelha apresentou a denúncia do Acordo de Empresa (AE) em 15 de fevereiro de 2016 e foram iniciadas negociações que envolvem para além do SEP, mais dois sindicatos do MSU: a FESAHT e SIFAP.

O processo negocial tem prosseguido e tem sido debatido e aferido com os trabalhadores, através de plenários setoriais e gerais promovidos pelo SEP e pela Federação da Hotelaria (FESAHT), com a participação do SIFAP.

Foram eleitos em 2016, o SEP elegeu delegados sindicais que têm acompanhado e participado nas reuniões negociais.

As decisões dos plenários transmitidas nas reuniões negociais aos representantes patronais, têm sido determinantes para a evolução positiva do processo negocial que se tem verificado até à data. Uma questão que também se pretende regularizar, diz respeito à “SERVIHOSPITAL” empresa de trabalho temporário, que passou a ser a “fornecedora” de recursos humanos ao Hospital, mas sem vínculo com este. As negociações vão prosseguir em 2017.

RTP

O SEP participou na mesa negocial da RTP em conjunto com mais 15 sindicatos tendo outorgado o novo Acordo de Empresa. Foi eleito um delegado sindical e ajudou a encontrar soluções para a manutenção dos postos de trabalho através do lançamento de proposta de criação de consultas de promoção de saúde pelos enfermeiros.

3 – Questões de Organização

3.1 – Funcionamento dos Órgãos, participação noutras estruturas e Actividades

O SEP continuou a participar:

- Nos diferentes órgãos da Frente Comum, da CGTP, das Uniões Distritais da CGTP, nas Comissões e Organismos do MSU;
- Em dezenas de Debates, Congressos, Colóquios, Conferências e Fóruns;
- Em estabelecimentos de ensino que ministram o Curso de Enfermagem, no âmbito das sessões letivas dedicadas à “integração à vida Profissional”.

Os Órgãos do SEP continuaram a funcionar regularmente, com excelente participação.

3.2 – Sócios e Delegados Sindicais

Tal como temos vindo a afirmar sucessivamente, o fortalecimento do SEP assenta não só na sua capacidade de iniciativa e de resposta aos problemas com que estão confrontados os enfermeiros, o que pressupõe uma ligação constante e prioritária aos locais de trabalho, mas também no reforço da sua estrutura, da sua representatividade e presença nos locais de trabalho através da sindicalização.

Dentro da linha de tendência dos últimos anos, os resultados obtidos ao nível da sindicalização em 2016 foram positivos. Durante 2016 houve um saldo de sócios efetivos (balanço entre o número de sócios que entraram e saíram) de mais 610 sócios.

SEDE
Avº 24 julho, 132
1350 346 LISBOA
Tel: 213 920 350 - Fax: 213 968 202
sede@sep.pt
CDI
Av. 24 de Julho, 132, 1º
pedidos.cdi@sep.pt



SEP

SINDICATO DOS ENFERMEIROS PORTUGUESES

www.sep.org.pt

No que diz respeito à organização sindical de base, isto é, os delegados sindicais, poderá afirmar-se que foram dados alguns passos na melhoria da situação. Durante o ano de 2016 foram eleitos delegados sindicais em 28 Instituições, das quais, 7 do setor privado.

Relatório de Contas de 2016

O Balanço do SEP em 31 dezembro 2016 evidencia que o Ativo diminuiu 1% face a igual período do ano anterior, os Fundos Patrimoniais diminuíram 3% e o Passivo aumentou 2%.

Os Fundos Patrimoniais representam 73% do Ativo e o Passivo 27%,

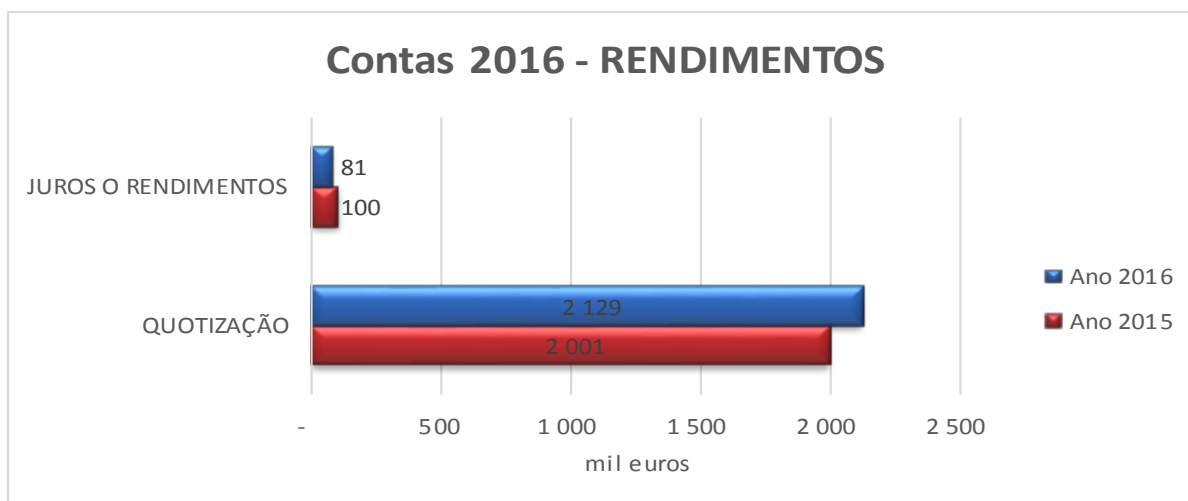
BALANÇO EM 31 DEZEMBRO				
unidade: mil euros	Ano 2016	Ano 2015	2016 vs 2015 €	2016 vs 2015 %
ACTIVO NÃO CORRENTE	1 784	1 900	-116	-6%
ACTIVO CORRENTE	3 877	3 846	31	1%
Total ACTIVO	5 661	5 746	-85	-1%
FUNDOS PATRIMONIAIS	4 121	4 233	-112	-3%
PASSIVO CORRENTE	1 540	1 513	27	2%
Total FUNDOS PROPRIOS E PASSIVO	5 661	5 746	-85	-1%

A Demonstração de Resultados por Natureza do SEP em 2016 , apresenta Rendimentos de 2.210 mil euros, mais 109 mil euros (+5%) que os verificados no ano anterior e os Gastos atingiram 2.321 mil euros, mais 71 mil euros (+3%) que os realizados no ano anterior.

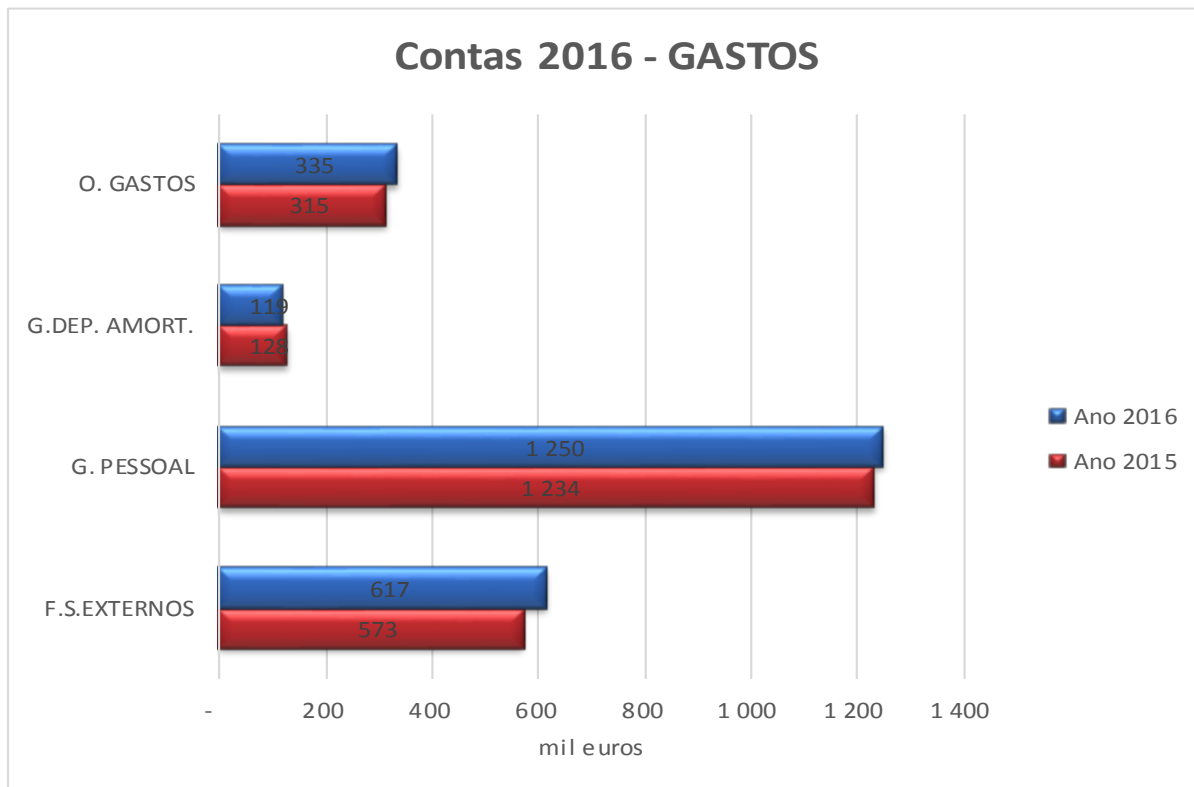
O resultado foi negativo e atingiu 111 mil euros, evidenciando um esforço na redução dos resultados negativos que diminuíram 25% face ao ano anterior.

DEMONSTRAÇÃO RESULTADOS NATUREZA				
unidade: mil euros	Ano 2016	Ano 2015	2016 vs 2015 €	2016 vs 2015 %
RENDIMENTOS				
QUOTIZAÇÃO	2 129	2 001	128	6%
JUROS E OUT. REND.	81	100	- 19	-19%
soma Rendimentos (1)	2 210	2 101	109	5%
GASTOS				
F.S.EXTERNOS	617	573	44	8%
G. PESSOAL	1 250	1 234	16	1%
G.DEP. AMORT.	119	128	- 9	-7%
OUTROS GASTOS	335	315	19	6%
soma Gastos (2)	2 321	2 250	71	3%
Resultado (1-2) -	111	- 149	38	-25%

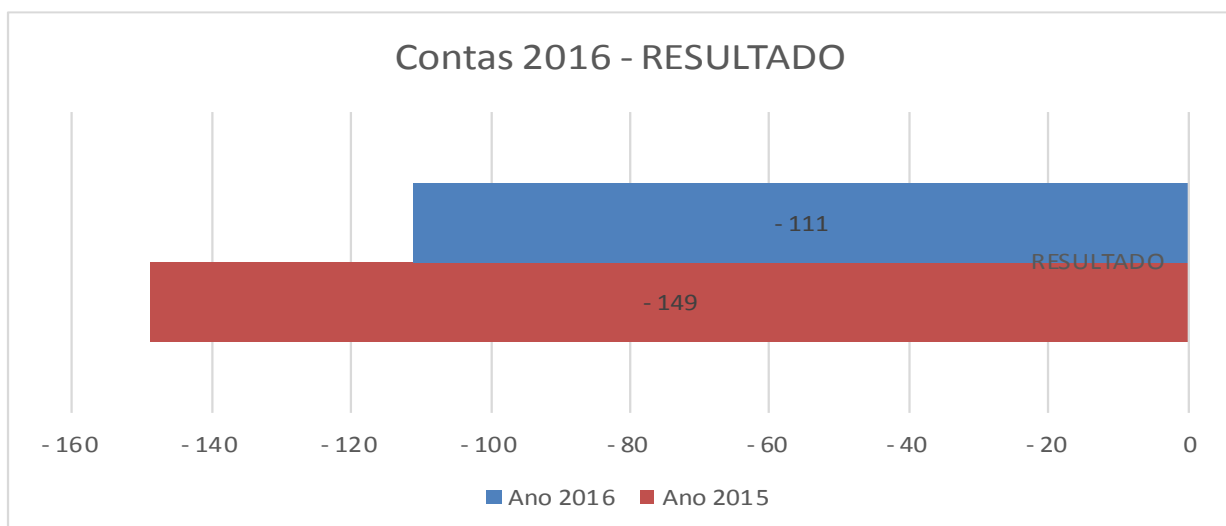
Os gráficos evidenciam a evolução dos rendimentos e gastos do SEP.



Constata-se que a quotização dos sócios é a receita quase exclusiva do SEP, representa mais de 96% dos rendimentos.



Os gastos repartem-se por fornecimentos e serviços externos (27%), pessoal (56%), depreciação bens imobilizados (4%) e outros (13%).



SEDE
Avº 24 julho, 132
1350 346 LISBOA
Tel: 213 920 350 - Fax: 213 968 202
sede@sep.pt
CDI
Av. 24 de Julho, 132, 1º
pedidos.cdi@sep.pt



SEP

SINDICATO DOS ENFERMEIROS PORTUGUESES

www.sep.org.pt

Os resultados, apesar de negativos, encontram-se numa linha descendente.

Lisboa, 31 de maio de 2017